

  <https://doi.org/10.56238/aboreducadesenvomundiv1-056>

Jeferson Odair Diel

Doutor em Educação com ênfase em Política e Gestão da Educação Superior, Trabalha na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) desde 1994, ocupa a Cadeira de N° 07 da Academia Sinopense de Ciências e Letras (ASCL),

E-mail: jefersondiel@gmail.com

RESUMO

Objetivo: Este estudo tem como objetivo contextualizar sobre a importância da universidade que desempenha um papel crucial na formação de indivíduos, na produção de conhecimento e na promoção do desenvolvimento social, econômico e cultural. Ela interage com a sociedade por meio do ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, inovadora e sustentável. **Métodos:** Classifica-se como levantamento e análise crítica, trata-se de estudo brevemente retrospectivo, baseado em revisão documental, de literatura e de dados. Quanto à técnica de coleta de dados, foram utilizados

documentos e bancos de dados, os quais foram analisados a partir da revisão crítica embasada em referencial teórico específico. **Resultado:** A universidade e a sociedade estão intrinsecamente ligadas e desempenham papéis importantes na construção e desenvolvimento de uma nação. A universidade, como instituição de educação superior, tem a responsabilidade de fornecer ensino de qualidade, conduzir pesquisas, realizar extensão e promover a disseminação do conhecimento. **Conclusões:** Ademais da universidade ser indissociável da sociedade, promover a educação superior, pesquisa, inovação e extensão, ela tem um impacto significativo na economia de uma região ou país. Ela atrai investimentos, gera empregos diretos e indiretos, promove a inovação tecnológica e impulsiona o crescimento.

Palavras-chave: Universidade, Sociedade, Educação Superior, Pesquisa, Extensão.

1 INTRODUÇÃO

Sobre a universidade, Fávero (2006, p. 18) menciona que é preciso: “ter conhecimento de sua realidade, criação e organização, como funciona e se desenvolve, quais as forças que podem ser mobilizadas a fim de empreender as mudanças almeçadas”. A autora indica que não se pode ignorar neste estudo, por exemplo, as dimensões do fenômeno universitário que transcendem a pesquisa, o ensino e a extensão, além de envolver outros interesses como o poder e a dominação.

No caso da colonização brasileira, os historiadores consideram que um dos modos de manter a hegemonia dos dominadores foi impedir o desenvolvimento da pesquisa e desenvolvimento tecnológico em solo brasileiro, criando correntes intelectuais que atrelavam a Portugal e pudessem manter o vínculo de dependência. Esse é um dos motivos pelos quais o Brasil foi um dos últimos a receber universidades dentre as colônias europeias na América do Sul.

Até hoje, o Brasil depara-se com outros tipos de barreiras oriundas da manipulação do conhecimento, a partir das influências de outras potências mundiais, seja através da cobrança de *royalties*, seja das próprias quebras de patentes.

Boa parte das revoluções não começa pelos aspectos tecnológicos e sim pelos conceituais e ideológicos. Che Guevara chegou a utilizar meses de trabalho para alfabetizar camponeses para que pudessem ler sobre o comunismo e aderir à sua causa; foi assim que formou um exército. As convulsões políticas da Revolução Francesa, com o lema liberdade, igualdade e fraternidade, de Jean-Jacques Rousseau, sob a bandeira do iluminismo só foram possíveis devido à ampla divulgação em jornais da época, com o pensamento de Voltaire, Diderot, Montesquieu, John Locke e Immanuel Kant entre outros. Não foi diferente a importância da disseminação do conhecimento e dos ideais no caso de Simón Bolívar, José de San Martín ou George Washington entre outros revolucionários e responsáveis por independências de nações.

Esses exemplos demonstram que a educação e seu desenvolvimento, desde o nível básico até o superior, consistem em um meio reconhecidamente capaz de gerar mudanças por intermédio do desenvolvimento intelectual e tecnológico. Constitui-se um ambiente voltado à produção do conhecimento e ao desenvolvimento do pensamento crítico, duas colunas fundamentais à disseminação da igualdade de possibilidades, oportunidades e equidade na sociedade.

É essa faceta específica das revoluções que Portugal deveria prevenir, garantindo a não disponibilidade de certos cursos universitários na colônia brasileira e, mais ainda, evitando a formação de uma universidade autônoma o suficiente para difundir a consciência crítica, o livre pensamento e, conseqüentemente, os desejos por liberdade e direitos fundamentais. Prova dessa hipótese é o fato de que o Brasil só teve a primeira universidade em 1909, bem depois de sua independência em 1822.

Tornar-se independente de Portugal não significava tornar-se independente de tudo e de todos. Em pouco tempo, outros grupos de interesse, de maneira mais sofisticada, porém com objetivos similares aos do império português, lançariam seus olhares sobre a rica terra e povo dócil do Brasil; porém, dessa vez, não se podia garantir o controle da dominação pela negação das universidades, elas já estavam instaladas. Principalmente na década de 1970, o método foi outro: obter o controle máximo, próximo do total, das universidades, de sua gestão, do corpo docente e discente, dos conteúdos, e até das atividades sociais ali desempenhadas. Desta vez o grupo dominante, ou pelo menos seus “capatazes”, estavam dentro do próprio Brasil, com ou sem os interesses dos Estados Unidos.

Para os militares manterem o controle do povo no estado autoritário, controle das massas e especialmente dos intelectuais, artistas e outras pessoas que formavam opinião pública, como os heróis históricos supramencionados, um dos eixos da vigilância e da repressão era justamente a universidade. Trata-se de um meio de coibir o crescimento de um desejo democrático de equidade que tem terreno propício nas discussões acadêmicas, onde a crise se torna propulsor de novas ideias e levanta líderes em busca de mudanças sociais.

Isso se devia ao fato de a universidade ser o foco do conhecimento, da conscientização que, por meio da criação do conhecimento e de sua disseminação, inspirava o desejo pelo que é justo, bom, correto, ético. Na falha dos meios de controle pela gestão centralizada no poder do Estado, o regime militar, que perdurou no Brasil de 1964 até 1985, partiu para as últimas consequências com os professores e alunos universitários, prendendo, torturando, cassando e exilando, além dos “sumiços” que mais recentemente se revelam nas descobertas de em valas comuns com os corpos dos mártires.

Não é a questão da dominação, da ideologia, da política ou do poder que nos interessa neste estudo, mas sim o papel da universidade no que se refere à disseminação da igualdade de possibilidades e oportunidades na sociedade. A sua importância se revela à medida que a universidade, se gerida e estruturada da maneira correta, pode ser ponto e meio de libertação, de superioridade científica, tecnológica e conceitual, de conscientização e cidadania, de direito e de ética entre outras coisas. Sua autonomia traz reflexos imediatos diretos e indiretos à economia, à qualidade de vida e a muitos dos indicadores de desenvolvimento de uma nação.

Há muito mais que ensino, pesquisa e extensão em uma universidade, mesmo porque essas três palavras em si não comportam os seus próprios efeitos; os fenômenos dos quais são causa em uma sociedade, a geração de empregos, a medicina preventiva e corretiva, os medicamentos, as patentes, alimentação, vestuário, os direitos das minorias, a arte, a qualidade dos serviços e produtos, o bem-estar público e privado, a soberania nacional, a estabilidade econômica e tantas outras coisas; no entanto, é justamente por sua importância estratégica, que a universidade deve ser sempre estudada e cuidada com toda cautela possível, já que, em face de qualquer tipo de intenção dominadora por parte de algum grupo interno ou externo ao país, ela está entre os alvos mais importantes.

Na prática, os interesses que podem girar em uma universidade são bem mais numerosos, englobando partidos políticos, grupos econômicos, gestões municipais, estaduais e federais, grupos de minorias, instituições de representação de classes e muitos outros podem de alguma forma desejar ou até planejar estrategicamente para que uma universidade aconteça ou não, atue ou não, inicie um novo *campus*, novos cursos ou não.

Assuma-se o arquétipo de um projeto de um novo *campus* de uma universidade qualquer que seria situado em uma pequena cidade para atender uma região até então desprovida de educação superior. O que se pode projetar sobre o futuro dessa localidade? Provavelmente haverá um considerável aumento populacional, gerando grande consumo de produtos e serviços, com ênfase em hospedagem e alimentação. O valor dos imóveis para venda e para aluguel aumentará, o turismo será incrementado, crescerá a arrecadação de imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU), imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS) e outros impostos; a cidade entrará em evidência na mídia, assim como seus políticos.

Esse panorama corrobora com aquilo que Ribeiro e Matias apontam sobre a obra *A universidade necessária*, de Darcy Ribeiro (1975). O autor afirma que: “a universidade tem, no pensamento darcyniano, um papel central no domínio da cultura geral, sobretudo, porque tem a função de influenciar e modificar o seu entorno, seja em nível regional, nacional ou internacional” (RIBEIRO, apud RIBEIRO; MATIAS, 2006, p. 201).

Praticamente todo comércio local será revitalizado, desde as oficinas mecânicas às lojas de roupas, desde as tele conveniências até as clínicas médicas, sem falar das lojas de informática, livrarias, fotocópias, restaurantes, bares e lanchonetes. Agora, pensemos que não somos os únicos capazes de fazer essa projeção, e fica fácil imaginar o quanto os prefeitos, vereadores, deputados, governadores e empresários entre outros agentes não devem desejar isso para suas cidades ou para seus bolsos; já sabemos, especialmente em termos de Brasil, o país líder de CPIs, as tretas que devem ser engendradas ao redor de uma universidade.

Se há esse jogo de interesses, em contrapartida existem as necessidades reais, os objetivos primordiais de uma universidade, a premência por inclusão, promoção da igualdade e o desenvolvimento das regiões menos favorecidas, as minorias excluídas, os pobres e tantos outros.

É a observação do atendimento efetivo dessas necessidades que o poder público e as universidades devem atentar, da escolha do lugar e momento corretos para se introduzir um novo curso, um novo núcleo, um novo *campus* ou mesmo criar uma nova universidade. Serve como maior indício de que ocorreu um processo de planejamento baseado em necessidades, e não em interesses e trampolinagens, ou seja, visando resultados de verdadeiro impacto social que oportunizam meios de maneira equivalente para todos.

Os benefícios efetivamente estendidos a uma comunidade e do que ela necessita são o termômetro da corrupção: esses benefícios e a corrupção são inversamente proporcionais. Partindo dessa premissa, destaca-se a importância de estudos, como o que ora se apresenta sobre *Universidade e Sociedade*. Reflexões que buscam identificar as necessidades reais de regiões potencialmente atendidas por uma universidade e elaborar sugestões estratégicas de como atendê-las. Se bem-sucedido, além de seus efeitos mais óbvios, estudos dessa natureza atuam ainda como uma espécie de “selo de segurança”, atestando que projetos universitários estão sendo norteados pelas necessidades reais; logo, livres de corrupção e prerrogativa de interesses, pautando-se pela equidade, democracia e igualdade de possibilidades, dos seus propósitos e reconhecimento da sociedade.

REFERÊNCIAS

Fávero, maria de lourdes de albuquerque. A universidade no brasil: das origens à reforma universitária de 1968. Educar em revista, v.28, n. 1, mar. 2006, p. 17-36.

Ribeiro, adélia miglievich; matias, glauber rabelo. A universidade necessária em darcy ribeiro: notas sobre um pensamento utópico. Ciências sociais unisinos, set/dez, vol. 42, n. 003. Issn 1519-7050. Universidade do vale do rio dos sinos. Projeto de pesquisa. 199-205. São leopoldo, brasil, 2006.

Unemat. Endereço institucional, banco de dados e informações. Disponível em: www.unemat.br.